

■ NO PRÓXIMO ANO

# 42 mil milhões de kwanzas entram no Tesouro pela produção diamantífera



Isaque Lourenço

A **contribuição** da receita diamantífera, em 2021, ao Tesouro Nacional está estimada em 42 mil milhões de kwanzas e isso mesmo sem o aumento da carga fiscal, segundo disse, na quinta-feira, o director da Tributação Especial da Administração Geral Tributária.

Pedro Marques foi um dos oradores na videoconferência promovida pela delegação da AGT da Lunda-Sul, que contou ainda com a participação do presidente do Conselho de Administração da Endiana EP, Ganga Júnior, e o presidente da Sociedade Mineira de Catoca, Benedito Paulo Manuel.

O director da Tributação Especial da AGT explicou que o sector dos diamantes angolano pode acolher as experiências dos petróleos para

a adopção de um modelo próprio de definição do preço de venda junto dos mercados.

Segundo Pedro Marques, este ano, a contribuição do sector diamantífero ficou muito aquém do esperado

e, em 2019, os impostos colectados representaram apenas cerca de 5,0 por cento da receita no PIB.

Tal desempenho fez os diamantes pesarem menos no conjunto fiscal em compa-

ração com os impostos de Rendimento de Trabalho (IRT) e sobre o Valor Acrescentado (IVA), o que deve desafiar o sector e todos os intervenientes na cadeia de exploração a fortes reflexões, para a rápida inversão do quadro.

Para que assim ocorra, o responsável da AGT entende ser preciso uma melhor estruturação da cadeia produtiva dos diamantes no que diz respeito à eficiência das operações tributárias.

Foi já nesta base que o presidente do Conselho de Administração da Endiana EP, Ganga Júnior, apontou as mudanças em curso no sector como as principais responsáveis pela melhoria do desempenho económico nos diamantes.

Segundo lembrou, há uns anos, três clientes preferenciais assumiam a compra e revenda dos diamantes e isso saía em claro prejuízo do sector e com consequências na receita do Estado.

Entretanto, avançou, entre 2017 e 2018, o preço médio de venda do diamante angolano obteve uma subida positiva entre 27 e 30 por cento.

Quer um, quer outro gestor, admitem que os próximos anos se assumem como de maior actividade e lucros face à entrada de novos projectos, além da bolsa de diamantes.

## Projectos em carteira vão gerar cinco mil empregos

A **entrada** nos próximos dois anos de novos projectos no sector dos diamantes vão assegurar a criação de cinco mil novos empregos.

A afirmação é do presidente da Comissão Executiva da Sociedade Mineira de Catoca, Benedito Paulo Manuel.

Nos indicadores avançados durante a videoconferência, o gestor de Catoca reconheceu uma demanda maior que a oferta, tendo mesmo adiantado

a abertura anual de 30 vagas ante uma procura cifra regular de 1.348 técnicos superiores em busca de emprego.

Benedito Paulo Manuel citou explorações em curso nas províncias de Cuanza-Sul, Huambo, Bié como as não tradicionais, por onde se desenham actividades diamantíferas com significativo peso.

A par disso, o responsável de Catoca disse também que mais de 20 por cento dos postos

de trabalho nesse projecto estatal é preenchido pela juventude local, deixando a fatia de 80 por cento a uma divisão, não precisa, entre expatriados e nacionais provenientes de outras províncias.

Garantiu a existência de 104 milhões de quilates provados nas zonas do projecto de Catoca, o que é também um sinal de que nos próximos anos será intensa a actividade diamantífera.

■ CRÉDITO À ECONOMIA

## BFA financia PRODESI com 530 milhões de kwanzas

O **Banco** de Fomento Angola (BFA) desembolsou, desde o início de 2019 até à presente data, o valor de 530 milhões de kwanzas ao Sector Real da Economia, num financiamento enquadrado no Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI).

Ao todo, o BFA aprovou já 84,2 mil milhões de kwanzas, restando por desembolsar ainda a soma de 83,7 mil milhões.

Conforme uma nota do banco publicada na sua página de Internet, o referido crédito foi concedido a clientes que cumprem com os requisitos de elegibilidade previstos nos Avisos nº 4/2019; 7/2019 e o 10/2020, do Banco Nacional de Angola,

bem como com as normas de contratação vigentes na instituição financeira.

Entre os financiamentos aprovados, constam projectos de reestruturação com um total de 48,1 mil milhões e 12,3 mil milhões de kwanzas nos anos 2019 e 2020, após a devida aprovação do Banco Nacional de Angola.

A administração do banco advoga estar a contribuir, uma vez mais e de forma sustentada, para o aumento da produção nacional de bens e serviços essenciais.

No início desta semana, o Ministério da Economia e Planeamento anunciou o desembolso, em cerca de dois anos, de um total de 166,7 mil milhões de kwanzas ao sector produtivo, um aumento, em relação à semana passada com 163,1

mil milhões de kwanzas.

Relativamente aos projectos aprovados e desembolsados, durante o período em análise, foram registados mais 72 projectos aprovados, totalizando já 416 desde 2019, sendo 37 em 2019 e 379 em 2020.

Este ano, o valor total de projectos desembolsados esteve avaliado em 105,1 mil milhões, tendo proporcionado a geração de aproximadamente 29 mil postos de trabalho directos, ao contrário da semana transacta, com um registo aproximado de cerca de 32 mil postos de trabalho directos.

**Balanço semanal**

Ao balancear os dados das actividades realizadas na semana passada, o secretário de Estado para a Economia, Mário Caetano João,

## REFLEXÃO Navegando por mares bravios

Mario de Zamaróczy |\*  
e Marcos Souto |\*\*

Em **16 de Setembro**, o Conselho Executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou a Terceira Revisão do programa de Angola no âmbito da linha de financiamento alargado, um mecanismo que apoia a estabilização económica em economias emergentes. Isso permitiu o desembolso imediato de mil milhões de dólares a Angola. Cerca de 2,5 mil milhões de dólares já foram desembolsados desde o início do programa em 2018 e a previsão é de que, quando o programa for concluído no final de 2021, sejam disponibilizados mais dois mil milhões.

O desembolso recente foi aumentado em comparação com os planos iniciais, a fim de ajudar os esforços das autoridades em controlar a propagação da pandemia COVID-19 e aliviar os seus impactos. Vale ressaltar que o apoio financeiro do FMI tem condições financeiras “brandas”, com quatro anos de carência para o principal e taxas de juros abaixo do mercado.

A decisão do Conselho de Administração do FMI de aprovar a Terceira Revisão é uma prova da confiança que os países membros do FMI depositam nas instituições angolanas e nos esforços que têm sido feitos para implementar reformas difíceis, mas críticas. É um sinal claro de que a comunidade internacional considera que o programa está no caminho certo e merece um apoio contínuo, especialmente neste momento de crise.

A jornada até agora não foi fácil. No entanto, é importante não perder de vista o ponto de partida, caracterizado por grandes desequilíbrios estruturais e macroeconómicos, acumulados em anos anteriores. O Governo desde então empreendeu uma profunda transformação institucional, alterando o quadro legal e regulamentar de forma abrangente, num esforço para implementar boas práticas de governação. Preparou um conjunto de leis novas ou revistas que irão regular as finanças públicas, as instituições financeiras, as empresas estatais, o Banco Nacional de Angola (BNA), o investimento e o quadro jurídico na luta contra o financiamento ao terrorismo e o branqueamento de capitais.

Medidas importantes foram implementadas para avaliar e melhorar ainda mais a solidez do sector bancário em Angola e as suas práticas de gestão de risco. O BNA fortaleceu a regulação e supervisão dos bancos e implementou importantes reformas para promover uma maior flexibilização da taxa de câmbio, em linha com as forças do mercado, a fim de estimular uma alocação mais eficiente dos recursos em moeda estrangeira.

A transparência está sendo reforçada em várias frentes, com a publicação de um plano de gestão da dívida pública, de contas auditadas de grandes empresas estatais e de relatórios de execução orçamentária, entre muitas outras iniciativas. O Governo angolano embarcou num programa de privatização ambicioso. Empresas estatais estão a redireccionar o seu foco para as suas actividades essenciais e a melhorar os seus sistemas de controlo interno, assim também como as suas estruturas de governação.

O esforço para colocar as finanças públicas em uma posição firme tem sido notável, apesar de uma crise sem precedentes. Por causa dos recursos financeiros escassos, o orçamento precisa ser administrado da maneira mais eficiente possível. Projectos públicos devem ser cuidadosamente avaliados para garantir o máximo retorno económico. No entanto, mesmo com limitações fiscais, garantir gastos sociais adequados e proteger os segmentos mais vulneráveis da sociedade continuam a ser de vital importância. Esses são objectivos importantes, especialmente quando um país tem um alto nível de endividamento, como Angola. Recentemente, foram celebrados acordos de reformulação do perfil da dívida com dois dos maiores credores de Angola. Além disso, Angola também está a beneficiar da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida dos países do G20. Essas operações estão a reprogramar o pagamento de vários milhares de milhões de dólares americanos no médio prazo e, assim, permitem um serviço contínuo e ordenado do serviço da dívida.

É verdade que quando o Kwanza se deprecia, existe uma pressão ascendente sobre a inflação. No entanto, à medida que o preço dos produtos importados aumenta em moeda local, os incentivos estão a mover-se no sentido de aumentar a produção nacional. Isto não só impulsiona o sector privado nacional, mas também ajuda o consumidor angolano a médio prazo, ao trazer para o mercado produtos nacionais mais baratos. Para que essa transição seja eficaz, esse esforço precisa ser acompanhado por um ambiente de negócios melhorado e estabilização económica para atrair investimento directo estrangeiro. Neste contexto, a luta do Governo contra a corrupção deve continuar.

O Governo continua empenhado em diversificar a economia e as fontes de receita pública para diminuir a dependência de Angola das exportações de petróleo bruto ao longo do tempo. Esta é uma necessidade absoluta, porque as reservas de petróleo são limitadas e as perspectivas de longo prazo para a procura internacional de petróleo são desfavoráveis devido à viabilidade das fontes renováveis de energia. Não há solução mágica aqui. O sector produtivo de Angola precisa de mais estradas e melhores ligações de transporte, mais electricidade e água em todos os lugares, para que a economia possa se recuperar e crescer de forma sustentável e inclusiva, trazendo oportunidades e melhores condições de vida a todos os angolanos. Isso levará algum tempo.

Ainda há muito trabalho a ser feito. A pandemia que assola o mundo ainda não foi controlada. O FMI continuará a apoiar e trabalhar com o Governo, para que esta crise seja superada da forma menos dolorosa possível e para que o programa de reformas em curso continue. Nesta difícil conjuntura, a comunidade internacional, os amigos de Angola na região e além, assim como o FMI, continuam a estar firmemente ao lado do povo angolano.

\*Chefe da Missão do FMI para Angola  
\*\*Representante residente do FMI em Angola

Isaque Lourenço